
Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização

*Carmen Maria Faggion**
*Giselle Olívia Mantovani Dal Corno***
*Vitalina Maria Frosi****

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de fazer um levantamento das denominações de ruas do município de Bento Gonçalves, oferecendo uma breve análise das justificativas apontadas para sua escolha, encontradas em documentos, como atos, decretos, leis. Igualmente, procuraremos oferecer alternativas de explicação, quando da ausência delas, partindo da hipótese de que as escolhas refletem uma cultura em construção, sobre a qual incidem influências da cultura dominante e persistem reminiscências da cultura evocada, minoritária.

Palavras-chave: Toponímia. Região de Colonização Italiana (RCI). Colônia Dona Isabel.

Abstract: The purpose of this paper is to gather information on the names of the streets of the city of Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brazil, and to offer a brief analysis of the reasons given for the choices, as found in documents such as acts, decrees, and laws. We shall offer alternative explanations when data is not available, starting from the hypothesis that the choices made reflect the construction of a specific culture, which is influenced by a dominant culture and where memories of an evoked minority culture still remain.

Keywords: Toponymy. Italian Colonization Region in Northeastern Rio Grande do Sul (RCI). Dona Isabel colonial region.

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Profa. do Departamento de Letras da Universidade de Caxias do Sul (UCS0).

** Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora assistente do Departamento de Letras da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor do Departamento de Letras da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Introdução

A Toponímia ou Toponomástica é um ramo da Onomástica. A palavra tem origem grega: *topos* = lugar; *onoma* = nome. A Toponímia é o estudo dos nomes dos lugares, procurando também dar conta da origem e evolução dessas denominações. É por esse motivo que Dick (1996, p. 12) assinala que a Toponímia caminha ao lado da história.

Conforme Dick (2001, p. 79), é “o simbolismo das formas lingüísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais. A configuração de um local só acontece a partir do nome, o antecedente sendo o não-lugar, o não simbólico, o inativo”.

Os topônimos são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem. Aludem a fatos e datas significativas, dão conta das devoções, traduzem sentimentos. Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer os seus valores.

No decurso do tempo, os topônimos podem ser substituídos por outros; podem sofrer alterações formais; podem perder *nuances* de seu significado original e podem assumir outros sentidos. Podem passar por alternâncias várias, conseqüentes da atuação de fatores a eles externos, às vezes, por conjunturas políticas, históricas ou de ordem diversa. As alterações podem se dar no sintagma toponímico como um todo ou em um de seus constituintes: o *termo* ou *elemento genérico* (ex.: *estado*, *rio*, *rua*) e o termo ou *elemento específico* que o complementa, o nome propriamente dito¹ (ex.: *Amazonas*, que aparece na Toponímia brasileira especificando tanto um estado, quanto um rio, quanto uma rua). São fenômenos comuns, observados pelos pesquisadores na toponímia em todo o mundo, embora com especificidades que resultam justamente dessas influências externas na mudança das línguas. Afirmam Carvalhinhos e Antunes (2007):

Cada língua, pois, apresenta particularidades com o que diz respeito aos fenômenos aqui mencionados. Em países jovens como o Brasil, existem muito mais nomes de lugar transparentes, isto é, cujo significado ainda está ativo no léxico comum, que nomes opacos. A opacidade ocorre por dois motivos principais: o primeiro, mais óbvio, é por desconhecimento da língua em questão, o que leva à não decodificação ou não complementação do percurso decodificação daquele nome. No segundo motivo, o tempo e a sobreposição de camadas lingüísticas concorrem para a opacidade do nome: no caso da Europa, por exemplo, existem registros de topônimos pré-romanos, ou classificados pelos especialistas como pré-romanos. Características morfológicas, muitas vezes, são elementos preciosos de recuperação lingüística, como explicamos adiante com exemplos de toponímia portuguesa. Poder-se-ia dizer, portanto, que sob a casca oca do significante restam vestígios (semas) que, devidamente tratados, podem completar o percurso de decodificação. (p. ...).

Os topônimos nos municípios da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (doravante RCI), num primeiro momento de sua história, parecem ser resultantes da atividade administrativo-nomeadora que pode ser observada em vários níveis. Nomes de autoridades, nomes indígenas e nomes lusos perpassam a história e a geografia de várias cidades, enquanto nomes italianos, alemães e franceses se inserem na vivência, na interação, num discurso descobridor que acaba revelando uma outra história. De fato, num segundo momento, aparecem as designações requeridas pela pormenorização do cotidiano, pelos novos locais em que se instaura uma cultura inicialmente considerada exógena.

Em estudo preliminar, Frosi, Dal Corno e Faggion (2006) analisaram as denominações italianas dadas às várias localidades da RCI, que foram sistematicamente substituídas, com a campanha de nacionalização do ensino e durante a Segunda Guerra Mundial, por nomes lusos ou indígenas. Um exemplo é Nova Milano, que passou a chamar-se Emboaba, nome indígena que não foi bem-aceito pela comunidade ítalo-brasileira ali residente, substituído pela denominação original depois de passado o evento. Igualmente, nomes de praças e ruas, ao longo dos tempos, vão sendo modificados, de acordo com a importância atribuída a determinada simbologia, como revelam os resultados iniciais de pesquisa conduzida por Frosi, Faggion e Dal Corno (2007)² em relação a nomes de logradouros no município de Caxias do Sul.

Bento Gonçalves, que dista 45 quilômetros de Caxias do Sul, fez parte inicialmente do Município de São João de Montenegro, do qual viria a se desmembrar em 11 de outubro de 1890. A antiga Colônia Dona Isabel foi criada, juntamente com a Colônia Conde D’Eu, em 1870, por isso chamadas “colônias irmãs”, uma vez que tinham igual tamanho e forma e constituíam uma só região administrativa (GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 198-199). É evidente a homenagem a duas importantes figuras da história do País: a Princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro, e seu esposo, tornado Príncipe Imperial Consorte do Brasil pelo casamento.

Antes de receber esse primeiro nome, a região correspondente à Colônia Dona Isabel já era conhecida como Cruzinha, em função de uma cruz de madeira cravada no solo, possivelmente assinalando o local em que algum tropeiro ou traçador de terras estava sepultado (GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 201-202; CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 28; e informações da página oficial da Prefeitura de Bento Gonçalves – veja-se referência completa no fim). Com o desmembramento em 1890, logo após a proclamação da República, o município passou a chamar-se Bento Gonçalves, numa homenagem ao general-chefe da Revolução Farroupilha. Já Conde D’Eu tornou-se distrito de Bento Gonçalves, emancipando-se em 1900 e recebendo, então, o nome de Garibaldi, homenageando o “Herói de dois mundos” daquela mesma revolução.

Vê-se, assim, que, num curto espaço de tempo, uma mesma localidade teve três diferentes denominações: inicialmente um hierotopônimo (nome de local ligado a religiões e crenças), *Cruzinha* e, sucessivamente, dois antropotopônimos (nome de local indicativo de nome de pessoa), *Dona Isabel* e *Bento Gonçalves*, todos com motivações muito específicas e justificadas para a época em que ocorreram.

Procurando expandir a investigação sobre esse percurso denominativo, este trabalho tem o objetivo de fazer um levantamento das denominações de ruas do município de Bento Gonçalves, verificando, em documentos legais, tais como atos, decretos, leis e outros, as justificativas apontadas para sua escolha. Para obtenção dos dados, foram consultados registros no Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.³ Faremos uma breve análise das justificativas encontradas, bem como procuraremos oferecer alternativas de explicação, quando da ausência delas, partindo da hipótese de que as escolhas refletem uma cultura em construção, sobre a qual incidem influências da cultura dominante e persistem

reminiscências da cultura evocada, minoritária – a mesma que, depois de 1930,⁴ adquiriu conotação negativa e deve ter sido, por alguns, considerada descartável.

Os primeiros nomes

Os primeiros habitantes da incipiente Colônia Dona Isabel eram majoritariamente italianos, com uma parcela de franceses, tirolezes⁵ e alemães, contrastando com o pequeno número de brasileiros.

A página oficial da Prefeitura de Bento Gonçalves conta o singelo início do município e suas primeiras dificuldades.

A troca, compra e venda de produtos era feita na sede da colônia, após longas caminhadas por estreitas picadas (trilhas abertas no meio da mata) demarcadas pelos próprios imigrantes. Entre os imigrantes havia ferreiros, sapateiros, marceneiros, alfaiates, carpinteiros, entre outros profissionais que estabeleceram seus negócios dentro de suas especialidades, atendendo às necessidades locais. O surgimento das construções das casas, os instrumentos de trabalho e o mercado foram acompanhando o desenvolvimento de Colônia Dona Isabel e também as exigências que se apresentavam. Frente ao desenvolvimento as condições das estradas foram melhorando e surgiram as primeiras carretas. Em cinco anos, houve um acréscimo de quatro mil habitantes, entre nascimentos e novos imigrantes. Em 1881 inicia a abertura da primeira estrada de rodagem ligando a Colônia Dona Isabel a São João de Montenegro (hoje Montenegro). O início do povoamento foi marcado por inúmeras dificuldades. Em 1877 a Colônia Dona Isabel sediava três casas comerciais, duas padarias, uma fábrica de chapéus e um total de 40 casas comerciais que ofereciam serviços e produtos diversos em todo o território da colônia. (ano?, p. ...).

Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, nomeado em 6 de dezembro de 1892 o primeiro Intendente de Bento Gonçalves, cargo em que permaneceria por 32 anos, conforme Caprara e Luchese (2005, p. 62); também (DE PARIS, 2006, p. 80), faz um interessante registro dos primeiros momentos do município. O manuscrito, que se encontra na seção de raridades do Arquivo Histórico, apresenta o (p. 2) a “*denominação das ruas da villa*”. Não há esclarecimentos sobre as razões da escolha, visto que os nomes já existiam e talvez tenham sido adotados ainda através de Montenegro. Vejamos todos: *15 de Novembro, 13 de*

Maio, General Deodoro, Dr. Flores, Garibaldi, Cavour, Dr. Julio de Castilhos, Benjamin Constant, General Candido Costa, Ernesto Alves, Misericordia, Saldanha Marinho, Victorino Monteiro, Matadouro, Assis Brasil, Dr. Antunes, Dr. Ramiro Barcellos, Dr. Fernando Abbott, Mazzini, Dr. Montauray, Esperança (CARVALHO JÚNIOR, 1907, p. 2).

Vemos nas denominações homenagem a duas datas importantes na história oficial do Brasil (a Proclamação da República e a Abolição da Escravatura), e tais nomes permanecem até hoje, em importantes artérias da cidade. Temos também antropotopônimos que se repetem em muitas cidades gaúchas, e ao menos um topônimo descritivo (*Matadouro*), um hierotopônimo (*Misericordia*), e um belo designativo de sentimento (*Esperança*). Esses três últimos não persistiram: não há, hoje, em Bento Gonçalves, ruas com esses nomes.

Os antropotopônimos elencados acima homenageiam vultos da Pátria e do nosso estado, e alguns deles permanecem até hoje (*Dr. Flores, Dr. Antunes, Júlio de Castilhos, Benjamin Constant, Cândido Costa, Ernesto Alves, Saldanha Marinho, Assis Brasil, Ramiro Barcellos e Dr. Montauray*), embora alguns nomes tenham sido modificados (o *General Deodoro* foi devidamente promovido a *Marechal*) e algumas das ruas tenham sofrido alterações na extensão e na configuração.

Chama nossa atenção, nesse primeiro elenco, a inclusão de nomes italianos, como *Garibaldi, Mazzini* e um francês, *Cavour*. O nome de Garibaldi não surpreende, pois o herói da Revolução Farroupilha é homenageado como antropotopônimo em ruas de várias cidades gaúchas (como Porto Alegre, Caxias do Sul), além de ser nome de cidade. A Rua Garibaldi, aliás, existe até hoje em Bento Gonçalves.

As consultas efetuadas até o momento não indicam, porém, que a escolha desses antropotopônimos tenha um motivo histórico ligado à pátria de origem, o que chama nossa atenção. A importância dessas três figuras para a história italiana é sobejamente reconhecida. Giuseppe Mazzini, líder da *Giovine Italia*, lutou, juntamente com Giuseppe Garibaldi e os Camisas Vermelhas, para promover a unificação da Itália no último terço do século XIX. Já o Conde Cavour, título de Camilo foi o primeiro-ministro do Reino de Piemonte, e liderava outra facção dos unitaristas, a liberal-conservadora. Sabe-se que os três são nomes habituais em cidades italianas.⁶ Mas por que foram escolhidos como nomes de ruas na nascente Bento Gonçalves? Tais inspirações não parecem provir dos humildes *contadini*, nem dos diretores nomeados pela Inspetoria Geral de Terras e Colonização, no Rio de Janeiro, que não deixaram, em

muitos casos, memória de integração (veja-se a esse respeito DE BONI, 1985, p. 50; LORENZONI, 1975, p. 135; CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 34-35), embora haja exceções: o relatório do cônsul italiano Antonio Greppi, de maio de 1984, citado por De Boni (1985, p. 47) e por Caprara e Luchese (2005, p. 49-50), registra como “muito mais competente” a administração de Joaquim Antunes, aliás homenageado com uma rua, conforme vimos acima (*Dr. Antunes*). Os nomes parecem refletir, sim, uma incipiente ação italiana, a mesma que faria surgir as sociedades de mútuo socorro e outros organismos propulsores de italianidade.

Lorenzoni (1975, p. 117) menciona que, ao chegar à Colônia Dona Isabel, em 1884, soube da existência, havia dois anos, da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, com mais de cinqüenta sócios, que tencionava fundar uma escola italiana. Menciona, também, a Sociedade Filarmônica José Verdi, presidida pelo próprio diretor da Colônia, Dr. Antunes. Parece ter havido uma parcela da população que era ciosa de suas origens e cultivava valores da antiga pátria, como indica o nome da filarmônica.

Os nomes das duas ruas Mazzini e Cavour persistem em 1920, como se vê nos registros de recolhimento de impostos (*Lançamento da Décima Urbana*, p. 29, v. 30, Arquivo Histórico de Bento Gonçalves), vão desaparecer, como veremos adiante.

Algumas denominações posteriores

No Acto número 83, de 3 de setembro de 1926, o Intendente João Baptista Pianca dá o nome de Dr. Antônio Casagrande à praça próxima da Estação Férrea, “*no planalto desta villa*”. O nome é o do primeiro Juiz da Comarca, que apresentou relatório favorável à construção da estrada de ferro, em Bento Gonçalves (veja-se a esse respeito, DE PARIS, 2006, p. 102-103). O ato registra as justificativas para a adoção do nome:

Considerando que é sempre louvável perpetuar-se o nome das pessoas que contribuíram para o progresso de uma localidade, considerando que a construção da Estrada de Ferro, trecho de Carlos Barbosa a esta villa, trouxe incontestavelmente o desenvolvimento commercial e industrial que desfructa, hoje, o Municipio de Bento Gonçalves, considerando, finalmente, que para a construção dessa estrada muito contribuiu o extinto Dr. Antonio Casagrande, tornando-se, dessa sorte, credor do reconhecimento do povo deste Município.

O edital de 15 de abril de 1926 chama “concurrentes para construção do calçamento dos passeios da Praça Padua” (ou *Padova*), explicitando a reverência por um local de origem de vários dos imigrantes. Essa mesma praça terá seu nome substituído, como veremos mais adiante.

No Acto número 168, de 31 de dezembro de 1927, o mesmo Intendente “dá denominação a diversas ruas desta Villa”, sem apresentar, no entanto, justificativas para as escolhas. As ruas são Dr. Antônio Casagrande, Dr. Júlio de Aragão Bozzano, 12 de Outubro, 7 de Setembro e 20 de Setembro.

No Acto número 114, de 31 de dezembro de 1930, o Prefeito Olinto Fagundes d’Oliveira Freitas “dá a denominação de Oswaldo Aranha à praça de Monte Bello e à rua do Matadouro Municipal, nesta villa”, com a seguinte justificativa:

Considerando os relevantes serviços prestados pelo Dr. Oswaldo Aranha ao seu estado natal e à Republica, para cujos principios de regeneração dedicou o melhor de suas energias phisicas e mentaes, havendo se tornado uma das figuras centraes do grande movimento em pról de um Brazil melhor, próspero, saneado e rico.

A Lei número 29, de 21 de agosto de 1939, assinada pelo Prefeito Major Sabino Menna Barreto, declara:

Art. 1º: Terão nova denominação as seguintes ruas desta cidade:

- a) a Rua Mazzini denominar-se-á Rua Marques de Souza;
 - b) a Rua Cavour denominar-se-á Rua Borges do Canto;
 - c) a Rua Dr. Bozzano denominar-se-á Rua Visconde de São Gabriel;
- [Seguem-se ruas que têm apenas um número ou letra a indicá-las, com suas novas denominações]

Art. 2º: A Praça Dr. Casagrande, no Planalto da estação, terá a denominação de Praça Daltro Filho.

[...]

A lei acima foi tornada sem efeito pelo Decreto número 2, de 12 de dezembro de 1940. Este último, no entanto, preserva os dizeres acima em relação às ruas citadas. As justificativas, apesar de não-explicitadas no texto da lei, surgem através da contextualização histórica: o Estado Novo de Getúlio Vargas e a Segunda Guerra Mundial, que opôs Brasil e Itália, parecem ter determinado a substituição de nomes itálicos por nomes lusos, e, com isso, o fim das Ruas Mazzini e Cavour. Vai surgir,

mais tarde, uma “*Rua Malaquias Mazzini, Industrialista*”, homenageando um cidadão bento-gonçalves (Lei 628, de 9 de setembro de 1975). Mas não houve retorno àquela Rua Mazzini, que homenageava um vulto italiano. Aquela rua ainda se chama, hoje, Marques de Souza.

As justificativas que antecedem os artigos citados aparecem assim configuradas:

Considerando a existência de nomes de nossos logradouros e ruas, que nenhuma expressão têm; considerando a necessidade de terem as ruas e logradouros públicos denominações que correspondam a feitos históricos notáveis ou nomes de pessoas que tiveram ou têm grandes parcelas de responsabilidade nos destinos da nossa Pátria ou nos grandes vultos da nossa História; [...];

Verifica-se a insistência nos vultos que marcaram a história de nossa Pátria. Os outros nomes, importantes talvez para os habitantes da cidade pela definição de uma identidade étnica, “nenhuma expressão têm”. Assim se substituiu uma marca identitária por uma imposição. É possível que, até hoje, nenhum dos moradores das ruas saiba exatamente quem foram Mazzini e Cavour. Mas ninguém sabe, tampouco, quem foram Marques de Souza ou Borges do Canto.

Pelo Decreto número 21, de 24 de maio de 1940, o Prefeito João Mário de Almeida Dentice confere denominações a logradouros do distrito de Pinto Bandeira (*Rua 7 de Setembro, Rua da República, Rua Duque de Caxias, Rua Almirante Barroso, Praça Nossa Senhora do Rosário*), com a seguinte justificativa:

Considerando a necessidade de se dar denominação às vias e logradouros públicos da vila de Pinto Bandeira, sede do 3º distrito; considerando que os fastos [sic] da nossa história e os seus gloriosos vultos devem ser perpetuados; considerando que à geração atual cabe reverenciar a memória de todos os nossos antepassados que, pelo seu valor, sabedoria e patriotismo, engrandeceram nossa Pátria.

A homenagem à data da Independência do Brasil e à República como *atos da nossa história* é comum em praticamente todo o Brasil; hagiopônimos relativos a diferentes *Nossa Senhora* também o são num país predominantemente católico. Tampouco é estranho que se deseje homenagear os antepassados. No entanto, *os antepassados* ali aludidos são, como se verifica pelo texto, todos brasileiros não-nascidos nem

habitantes do Rio Grande do Sul, algo no mínimo irônico naquele distrito que, até hoje, conserva maciça predominância italiana nos nomes de sua população. É necessário aqui considerar que estamos em 1940. Já transcorre uma guerra na Europa, que parece reforçar os resultados da Campanha de Nacionalização e as conseqüências do Estado Novo.

O relato de Voltaire Schilling ilustra bem esse cenário:

Logo após a decretação do Estado Novo, em dez de novembro de 1937, presenciou-se num estádio do Rio de Janeiro um singular espetáculo propagandístico. O próprio Getúlio Vargas em pessoa, perante uma arquibancada lotada e atenta, imbuída de fervor cívico, presidiu a chamada cerimônia da queima das bandeiras. As flâmulas estaduais eram, uma a uma, incineradas numa grande pira erguida em meio a pista do estádio. Cada pano colorido devorado pelas chamas, que supunham estar a queimar a serviço de uma pátria unida, colhia os aplausos da multidão. Doravante nenhuma parte da federação teria mais a sua bandeira. Apenas a do Brasil imperaria. Só o chefe da nação, o presidente Getúlio Vargas, mandaria. Afinal, na prática, também não existia mais a federação, pois cada estado estava em mãos de um interventor e cada município a mando de um intendente. Por instância dos representantes do Rio Grande do Sul, presentes no espetáculo pírico, encaminhou-se ao ditador o pedido para que a bandeira do nosso estado, a tricolor herança dos farroupilhas, não sofresse o destino das demais. Getúlio Vargas poupou-a. Mas não salvou-se a nossa história regional. Ela foi-se dos livros, banida dos manuais escolares. **Desconhecendo a nossa história:** liquidado o Estado Novo em 1945, um jovem estudante do interior do estado, recém-matriculado no Colégio Júlio de Castilhos, resolveu conhecer a cidade. Os nomes das ruas pelas quais passou porém nada lhe diziam. Quem seriam Protásio Alves, Ramiro Barcelos, Barros Cassal, Assis Brasil ou Demétrio Ribeiro? Ou esse tal de João Abott? Osvaldo Aranha ele conhecia, mas Borges de Medeiros e o próprio Júlio de Castilhos nada lhe diziam. Muito menos Carlos Barbosa ou Siqueira Campos. Sentia-se andar por uma cidade cujas placas de ruas e praças abrigavam fantasmas de um mundo nunca sabido. O Estado Novo suprimira-os da memória. Senão conseguira removê-los das placas, expurgou-os dos manuais escolares. A história do nosso estado, das nossas coisas, do nosso povo, ficou ausente dos bancos colegiais, desconhecida por milhares de jovens que passaram a saber dela pelo “ouvi dizer”, ou pela narrativa de um parente idoso qualquer. (SCHILLING, s.d., s.p.).

Para esse período histórico, pode-se considerar que aconteceu praticamente um esvaziamento semântico dos topônimos citados, uma vez que, para boa parte da população, o referente e o seu significado eram absolutamente opacos, não recuperáveis. Esse fenômeno é relativamente comum, especialmente quando compõe o sintagma toponímico algum elemento indicativo de característica física ou natural não mais verificável, como explicam Carvalhinhos e Antunes (2007):

O esvaziamento semântico é um fenômeno inerente à maioria das palavras, dada a própria dicotomia que assegura a evolução da linguagem, *conservadorismo/mudança*, binômio que expressa os fatores estáticos e dinâmicos da linguagem, assegurando a comunicação entre os seres humanos. Em Toponímia, esse fenômeno foi denominado *fossilização* ou *cristalização* do topônimo: a partir do momento em que a língua oral muda e também o meio ambiente se transforma, provavelmente o referencial físico que elucidaria o significado não mais existe, o que inviabiliza ou pelo menos dificulta a reconstrução etimológica. O topônimo guarda, então, sob um invólucro aparentemente sem sentido (uma cadência de sons reconhecidos como sendo da língua, mas eventualmente desconhecidos no momento da decodificação), os semas ou unidades mínimas de significação que permitem a reconstrução etimológica. (p. ...).

Reforçando o quadro, por força da Campanha de Nacionalização e das subseqüentes ações decorrentes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, houve, no período de 1930 a 1945, muitas alterações de nomes de ruas, cidades e outros logradouros, com a imposição de nomes de origem lusa ou indígena, absolutamente opacos para os ítalo-gaúchos da RCI (veja-se a esse respeito PESAVENTO, 1980; SGANZERLA, 2001; FROSI; DAL CORNO; FAGGION, 2006; CAMPOS, 2006).

Por isso, causa surpresa um *Acto* (número 1, de 12 de março de 1936), assinado pelo Prefeito Augusto Pasquali, que substituiu o nome da Praça Padova pelo nome de Dr. Tacchini, médico nascido na Itália. A longa justificativa parece levar em conta o momento delicado em que se prezava a nacionalização:

Considerando os inestimáveis serviços que, há mais de quatro lustros, vem prestando ao município, com a maior abnegação e nobilitante desinteresse pessoal, como médico illustre, competente e benemerito,

o Sr. Dr. Bartholomeu Tacchini, considerando que o mesmo se acha perfeitamente identificado com o nosso meio, tendo sabido captar a admiração e a estima geraes, considerando que o Sr. Dr. Bartholomeu Tacchini é um medico invulgar, pelas suas excelsas virtudes e comprovados conhecimentos scientificos, considerando o seu devotamento à nossa terra e à nossa gente, do que tem dado sobejas provas, dedicando-lhes toda a sua mocidade, toda a sua vida, considerando que a população de Bento Gonçalves, num grande e dignificante gesto de gratidão e de carinho, appellou para a administração do municipio no sentido de que fôsse perpetuada a lembrança de seu infatigavel e insigne bemfeitor, considerando que o poder executivo do municipio, fazendo justiça ao merito, sente-se feliz em se associar a esse vivo desejo popular, considerando que o Sr. Dr. Bartholomeu Tacchini honra sobremaneira a terra que teve a felicidade de lhe servir de berço, a gloriosa Italia, a qual, reconhecendo a benemerencia de quem tão alto soube elevar, no exterior, o nome de sua Patria, o distinguiu, entre outras honrarias, com o título de Cavalheiro, considerando, assim, que prestaremos simultaneamente uma expressiva homenagem de alto apreço, admiração e affectuosa estima ao Sr. Dr. Bartholomeu Tacchini e ao nobre paiz amigo, dignamente representado neste estado pelo seu Consul em Porto Alegre, Exmo. Sr. Commendador Guilherme [sic] Barbarisi, que ora nos honra com sua visita, [...].

A justificativa enaltece as qualidades pessoais e profissionais do médico, mas insiste também “que o mesmo se acha perfeitamente identificado no nosso meio” e proclama “seu devotamento à nossa terra e à nossa gente”. A própria população requer a homenagem, e o Poder Executivo “sente-se feliz em se associar a esse vivo desejo popular”. De passagem, menciona-se “o nobre paiz amigo” e seu Cônsul em visita. O médico abnegado e desinteressado é também invulgar, dado o seu conhecimento *scientifico*, e tamanho é o seu mérito que a própria população solicita seja seu nome perpetuado. Além disso, homenageia-se no homem o país. Ou a cidade está afrontando disposições do Estado Novo ou são ainda fracos os ecos da nacionalização. Ou talvez exista a preocupação de contentar a dois senhores. A justificativa parece conter, na sua própria extensão, como aventamos acima, um indicador de que a homenagem não era propícia ao momento. Aliás, foi uma homenagem em vida: o Acto número 16, de 18 de novembro de 1936, assinado por Orestes João Tregnago, subprefeito respondendo pelo Expediente da Prefeitura Municipal, decreta “lucto municipal por tres dias, pelo

falecimento do Sr. Commendador Dr. Bartholomeu Tacchini”, ou seja, o médico viria a morrer alguns meses depois de ter dado o nome à praça.

Ao que parece, com o fim da guerra e do Estado Novo, já estão afastados os escrúpulos quanto a homenagear cidadãos italianos. A Lei número 149, de 29 de maio de 1952, assinada pelo Prefeito Arthur Ziegler, reza que “passa a denominar-se Dr. Walter Galassi a antiga Praça Centenário, desta cidade, para que fique perpetuada a memória daquele saudoso e benemérito médico e cirurgião, cujas virtudes receberam as mais consagradas homenagens de seus concidadãos”. Walter Galassi era um médico italiano, dos primeiros a prestar serviços em Bento Gonçalves. A Praça Centenário fora assim chamada pelo Acto número 3A, de 7 de setembro de 1922, assinada por Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, homenageando o centenário da Independência do Brasil, e “para perpetuar, nesta circunscrição do solo rio-grandense, tão grandiosa data”, convinha dar à praça “um nome que recorde o glorioso facto que este dia assignala”. Assim rezava a justificativa de Carvalho Júnior (1923, fl. 52). Verifica-se que não houve problema, em 1952, em trocar a homenagem a um evento brasileiro pela homenagem a um cidadão italiano que viveu em Bento Gonçalves.

Pela Lei número 300, de 24 de setembro de 1955, o mesmo Prefeito Arthur Ziegler denomina uma nova praça de Coronel Carvalho Júnior, “perpetuando-se, assim, a memória daquele saudoso e honrado administrador, cujas virtudes individuais e de homem público sempre mereceram o reconhecimento de seus concidadãos”. Fica homenageado, assim, o primeiro Intendente de Bento Gonçalves.

A Lei número 340, de 26 de junho de 1956, assinada pelo Prefeito José Mário Monaco, altera denominação da Praça Floriano Peixoto para Vico Barbieri, “perpetuando-se, assim, a memória daquele saudoso e benemérito médico, cujas virtudes individuais bem mereceram o reconhecimento da população deste Município”. Um vulto brasileiro é deixado de lado, e a cidade continua a homenagear quem a serviu, como o médico italiano Vico Barbieri.

Outras leis ocorrem, dando nomes de ruas, sem apresentação de justificativas. Os nomes dados a ruas e travessas pela Lei número 569, de 10 de dezembro de 1958, assinada pelo Vice-Prefeito em exercício, Loreno Gracia, outorga nomes de estados brasileiros (*Amazonas, Ceará, Paraíba*), cidades brasileiras (*Niterói, Belém, Vitória, Maceió, Manaus, Cuiabá, Aracaju, Recife, Fortaleza*), cidades gaúchas (*Tupanciretã,*

Livramento, Passo Fundo, Montenegro, Pelotas, Iraí, Candelária, Guaíba, Caxias do Sul) e rios brasileiros (*Xingu, Tietê, Tocantins*). O grande número de ruas e travessas nomeadas (44 no total) parece indicar urgência de denominações, numa cidade que crescia em ritmo acelerado.

As homenagens aos que viveram na cidade

A partir daí, a cidade começa a homenagear os bento-gonçalvenses, o patronímico designando aqui não só os nascidos na cidade, mas os que a adotaram e que nela viveram.

No Decreto número 65, de 20 de agosto de 1960, o Prefeito Achylles Mincarone altera o nome da antiga Rua 15 de Novembro, que foi dado a outra via pública central. A antiga Rua 15 de Novembro, então, passa a chamar-se Carlos Dreher Filho. Descendente de alemães, Carlos Dreher Filho nascera em Santa Cruz do Sul.⁷ Fundou, em Bento Gonçalves, uma empresa muito importante, e a justificativa parece estar diretamente ligada à importância que a empresa representou, naquele momento, para a economia do município. São sete orações introduzidas por *Considerando*, cinco delas exaltando a empresa fundada pelo homenageado e duas apresentando justificativas gerais para escolha de nomes de ruas. Estas duas, a quinta e a sexta, são parcialmente transcritas:

Considerando que vultos que se destacam, em diversas atividades da vida humana, devem ser sempre lembrados, perpetuando-se seus nomes para que as gerações vindouras imitem e lhes sigam o dignificante exemplo [...]; considerando ainda que é apanágio do povo desta terra o seu marcante traço de gratidão para todos os que lhe têm prestado relevantes e assinalados serviços; [...].

O que se vê não é somente a tentativa de justificar o nome de uma rua, mas um propósito na denominação. Parece que se busca uma justificativa para homenagear o morador da cidade, o vitivinicultor bem-sucedido. Igualmente, a partir dessa data, verifica-se a tendência na cidade de escolher um de seus antigos habitantes como nome de rua, um processo novo que, inicialmente, parece precisar de uma explicitação de justificativas plausíveis.

A Lei número 90, de 6 de maio de 1963, assinada pelo Prefeito Aristides Bertuol, denomina uma rua com outro nome de quem se destacou em Bento Gonçalves, o Cavaleiro José Farina, nascido na Itália

(com título outorgado pelo Rei Vittorio Emanuele). Especifica-se, no corpo da lei, a placa: “[...] placa que conterà o seguinte texto: CAV. JOSÉ FARINA, no primeiro plano [...] e em segundo plano, com letras de tipo menor, “PIONEIRO DA METALURGIA EM BENTO GONÇALVES”. A própria placa anuncia a justificativa da escolha.

O mesmo Prefeito assina a Lei número 91, de 14 de maio de 1963, com a qual “é dada a denominação de ‘Argemiro de Abreu’, com a especificação de que foi cirurgião-dentista, a uma via pública desta cidade, para reverenciar a memória daquele cidadão, que por mais de trinta anos se dedicou à clínica odontológica em Bento Gonçalves”.

Mais bento-gonçalvenses são homenageados. A Lei número 129, de 31 de agosto de 1964, assinada pelo Prefeito Milton Rosa, determina que “a atual rua Dr. Carlos Flores, nas quadras compreendidas entre as ruas Saldanha Marinho e Assis Brasil, denominar-se-á rua Cav. Horacio Monaco, Enólogo Italiano e Precursor da Vinicultura nesta região”. O mesmo Prefeito assina a Lei número 137, de 2 de dezembro de 1964, pela qual “é denominada Rua Guilherme Fasolo – Pioneiro da Indústria do Couro na região – o trecho da via pública compreendido [...]”. Dessa forma, verifica-se que cidadãos destacados, quer pelo grau de educação, quer pelo êxito de seus empreendimentos, passam a receber a homenagem através da atribuição de um topônimo.

O mesmo se dá não só com cidadãos, mas também com corporações. O Prefeito Milton Rosa assina a Lei número 184, de 18 de outubro de 1965, que denomina uma rua de *Medianeira*, nome de conhecida escola fundada e conduzida pelas Irmãs de São Carlos. A justificativa constará da placa: “A placa que designará a rua especificada no artigo anterior conterà os seguintes dizeres: RUA MEDIANEIRA e mais abaixo, em caracteres menores: MISSÃO DO SUL DAS IRMÃS CARLISTAS e na margem esquerda, dentro de um círculo: 1915 – 1965.”

A Lei número 269, de 15 de janeiro de 1968, assinada pelo Prefeito Milton Rosa, dá denominação a diversas vias públicas. Ao lado de cada nome, aparece a justificativa. Parece ter-se iniciado aí uma nova tradição que vai persistir no município, qual seja, a de homenagear pessoas que trabalharam nele, em todas as profissões, não somente nas que tiveram grande êxito. Ao lado de cada novo nome de rua, aparece a justificativa: *Rua Arthur Ziegler – Prefeito do Município, 1952 – 1956. Rua Professora Dorothea Müller – dedicada professora do ensino público. Rua Professor Pedro Rosa – primeiro diretor do Grupo Escolar local. Rua Professor Felix Faccenda – 50 anos de magistério público, 1900-1950.* A humilde parteira

não foi esquecida: *Rua Rosa Tesheiner – dedicada obstetriz. Meio século de abnegação*. Os primeiros membros do Conselho Municipal são homenageados (*Atilio Pompermeyer, Francisco Franzoni, João Dal Molin, Emilio Conci, Giacomo Ceconello, Domingos Paganelli, Achylles Brogioli* e muitos outros. Alguns tiveram seus nomes aportuguesados. Pode-se verificar o caso de Joaquim Manfredini: nas atas das primeiras reuniões do Conselho, ele assina *Manfredini Gioachino*), bem como os que participaram da Intendência (*Enoss Ballista*).

Muitos aparecem apenas em seu papel de colonos, designados como “pioneiro da colonização do Município”. É o caso de Guerino Dalla Chiesa. Também aparecem a Rua Professor Ângelo Roman Ross, “devotado educador nos primórdios da fundação do Município”, a Rua Paulo Salton, “destacado propugnador da vitivinicultura”, a Rua Amedeo Arioli, “pioneiro da colonização e do comércio local”. Há também nomes de ruas que destacam vultos da história brasileira, ou cidades, ou datas. A justificativa para a escolha do nome da Rua Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco é “primeiro Presidente da República a visitar Bento Gonçalves. Inaugurou a primeira FENAVINHO⁸ em 1967”. Vê-se que, mesmo na homenagem ao vulto de significado nacional, a justificativa relaciona-se ao significado local que a pessoa tem para o município.

Parece persistir, em momentos posteriores, o propósito de dar nomes de cidadãos bento-gonçalvenses a vários logradouros, inclusive substituindo denominações já estabelecidas.

A Lei número 335, de 19 de maio de 1970, assinada pelo Prefeito Sady Fialho Fagundes, declara que “a atual Rua Acre passará a denominar-se Rua Fioravante Pozza”. O mesmo Prefeito assina a Lei número 363, de 2 de dezembro de 1970, que afirma que “passa a denominar-se Rua Dr. José Mário Monaco a atual Rua Fernando Abbott, nesta cidade”. Também assina a Lei número 460, de 11 de dezembro de 1972: “É denominada Nelson Carraro a via pública que liga o Bairro Botafogo a Santo Antão [...]. As placas denominativas conterão, abaixo do nome, os seguintes dizeres: INDUSTRIALISTA DE BENTO GONÇALVES”. Nessa mesma administração, a Lei número 470, de 18 de dezembro de 1972, estabelece que “é denominada de João Pegoraro a praça pública sita em frente ao salão paroquial e igreja, na localidade de Santo Antão”. E a Lei número 518, de 10 de dezembro de 1973 adota, para uma rua, a denominação de *Rua Vereador Loreno Menegotto*.

As administrações seguintes parecem conservar o critério de homenagear antigos habitantes do município. A Lei número 852, de 4 de setembro de 1978, assinada pelo Prefeito Fortunato Janir Rizzardo, concede nomes a vias públicas no Distrito de Pinto Bandeira: Rua Padre Dâmaso Trani, “primeiro Vigário da Paróquia de Pinto Bandeira” e Rua Padre Luiz Segale, “fundador do Santuário de Nossa Senhora da Pompéia”. O mesmo Prefeito muda, em Bento Gonçalves, o nome da Rua Marcelo Bertani para *Rua Antônio Tonello*, e concede a uma nova via o nome de *Rua Marcelo Bertani*. Os dois nomes são, mais uma vez, nomes de antigos moradores da cidade. O mesmo Prefeito assina a Lei número 854, de 5 de setembro de 1978, que dá nomes a muitas ruas. Quarenta e um nomes de ruas têm como justificativa o fato de o portador do nome ser um “pioneiro imigrante”: *Antonio Tomedi, Domingos Potrich, Francisco Ponticelli, Isidoro Agostini, Leonardo Copat* são nomes aleatoriamente escolhidos. Nem todos os nomes homenageados são itálicos, mas todos são de antigos habitantes de Bento Gonçalves. Assim, encontramos “Rua Plauto de Abreu – Promotor Público”, “Rua Aurélio Peruffo, Industrialista e Agricultor”, “Rua Olivo Tesser, Industrialista de Queijo”, “Rua Antonio Lorenzoni, Jornalista”, “Rua Arthur Schlichting, Industrialista”, “Rua Angelo Michelin, Comerciante”, “Rua Alfredo Zanoni, Hoteleiro”, “Rua Agnese Morbini, Professora”, “Rua Conrado D’Arrigo, Industrial”, “Rua Fortunato João Rizzardo, Agricultor”, “Rua Pedro Maragno, Enólogo”, “Rua Laudelino Manuel Alexandre, Maquinista”, “Rua Luiz Pasquetti, Hoteleiro e Músico”, “Rua Ernesto Lorenzoni, Farmacêutico”, “Rua Plínio Bianchi, Presidente da Sociedade Italiana Camilo Bento di Cavour”, “Rua Constante Dall’Olmo, Fotógrafo”, “Rua Constantino Firmino Grando, Proprietário do Primeiro Cinema de Bento Gonçalves”, “Rua Ernesto Salvador, Agricultor e primeiro Recauchutador de Pneus”. São alguns exemplos coletados, no grande número de vias públicas que receberam denominação a partir de nomes de pessoas que viveram – e, principalmente, trabalharam – em Bento Gonçalves. Todas as profissões foram, ao que parece, contempladas. A predominância de nomes italianos simplesmente confirma a predominância de habitantes dessa origem, já constatada desde os primórdios da Colônia Dona Isabel.

A Lei número 628, de 9 de setembro de 1975, assinada pelo Prefeito Darcy Pozza, denomina várias vias públicas, e as justificativas acompanham cada nome. Assim, encontramos, entre muitos outros, os nomes de “*Rua José Torriani, Componente da Banda Municipal*”, “*Rua*

Camilo Pasquetti, Destacado Atelier Fotográfico, “*Rua Luiz Neves, Fundador da Rádio Bento Gonçalves*”, “*Rua Cerilo Mattevi, Líder Comunitário*”, “*Rua Augusto Pasquali, Intendente Municipal*”, “*Rua Carlos Dreher Neto, Destacado Propugnador da Vitivinicultura*”, “*Rua Alfredo Fritolli, Maestro da Banda Municipal*”, “*Rua Ernesto Gasperin, Destacado Industrialista*”, “*Rua Antonio Michelin, Destacado Comerciante*”, “*Rua Refatti, Homenagem a Colonizadores do Município*”, “*Rua Antônio Faggion, Destacado Bancário*”, “*Rua Benigno Perizzolo, Agricultor e Líder Cooperativista*”, “*Rua Eurico Vianna, Engenheiro Agrônomo*”, “*Rua Ernesto Sandrin, Marceneiro*”, “*Rua José Carli, Tabelião*”. Os nomes foram, mais uma vez, para registro neste trabalho, escolhidos aleatoriamente. Mas a diversidade das profissões e das origens parece refletir um momento de busca de identidade, uma cidade querendo reconhecer o trabalho de todos os que a formaram.

Muitas curiosidades existem quanto aos nomes de ruas. Soledade, Bronzato Júnior e Silva (2007, p. 6-7) mencionam o caso de uma rua que teve duas extensões, cada uma delas com nomes diferentes. Assim, aparecem três nomes: Santo Antônio originalmente, a Travessa teve uma extensão que foi chamada Rua Iraí, e esta última, depois, foi denominada Rua Gilberto Tim, em homenagem ao preparador físico da Seleção Brasileira, nascido em Bento Gonçalves e falecido em 1999.

Outros casos poderiam ser mencionados, mas este primeiro apanhado mostra quão rico pode ser o acervo toponímico das cidades em geral, e quanto ainda há para ser feito de estudos nesta área, em toda a Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul.

Conclusão

Os estudos toponímicos, como se pôde ver, são um importante aliado na investigação histórica de um povo. As cidades, seus monumentos, suas praças e ruas têm nomes que guardam a memória coletiva do tempo transcorrido e preservam a lembrança dos homens que aí viveram e construíram um patrimônio cultural que do passado se estende ao presente.

Pela análise aqui relatada, pôde-se constatar que a toponímia do município de Bento Gonçalves reflete sobremaneira a valorização dada pela administração pública e pelos seus habitantes a pessoas que

contribuíram, de uma ou outra forma, com o crescimento da cidade, como comprova o significativo número de antropotopônimos aludidos.

Além disso, observa-se uma peculiaridade no signo toponímico de designação de ruas a partir da década de 60: além do termo específico, ao nome da pessoa homenageada é acrescentado um aposto explicativo, indicando a ocupação e/ou o motivo da homenagem.

De modo geral, pode-se dizer que, à semelhança do que acontece em outras localidades da RCI, os topônimos guardam tradições e crenças, valores e anseios, homenageando homens e mulheres ilustres que empenharam sua vida em favor dos outros.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os topônimos são reveladores da vida de uma comunidade, das escolhas feitas pelos homens e das vicissitudes por eles vividas. Eles informam a origem étnica do grupo, refletem a fidelidade para com seu universo cultural e/ou sua adesão ao novo ambiente e a tudo o que o cerca. Espelham, especialmente no caso dos ítalo-gaúchos da RCI, as diferenças e as semelhanças, a estabilidade e os conflitos, a preservação e a mudança que marcaram a história de vida de um grupo étnico minoritário inserido numa comunidade maior.

Notas

¹ Nomenclatura proposta por Dick (1990).

² O Projeto “Toponímia” constitui-se como projeto interdisciplinar, congregando pesquisadores das áreas de Letras, História e Geografia. Embora esteja concretizando seu primeiro módulo na área de Caxias do Sul, a pesquisa, no entanto, como investigação preliminar, já vai se estendendo a outros municípios da RCL. Compõem a equipe do projeto ainda Cleodes Piazza Julio Ribeiro, Giovana Mendes de Oliveira, José Clemente Pozenato e Luiza Iotti.

³ Agradecemos à Senhora Assunta De Páris, Diretora do Arquivo, por sua atenção e suas indicações.

⁴ Época da Campanha de Nacionalização do Ensino, empreendida no governo Getúlio Vargas.

⁵ “Trentinos” é usado aqui como denominação genérica dos provenientes da

região de Trentino-Alto Adige (tendo como capital Trento), que, à época da imigração aqui mencionada, fazia parte do Império Austro-Húngaro, juntamente com a província de Bolzano, situação essa que se estendeu até o fim da Primeira Guerra Mundial.

⁶ *Cavour*, por exemplo, nomeia uma das mais antigas e famosas vias de Florença, onde se localiza o Palazzo Medici-Riccardi.

⁷ Informação prestada às pesquisadoras pela família.

⁸ A Fenavinho – Festa Nacional do Vinho – é realizada em Bento Gonçalves, em anos ímpares e, segundo dados da página oficial da Prefeitura Municipal (ver referência), transformou-se “no maior evento vitivinícola do País e é a responsável direta pelo início do desenvolvimento de um dos maiores pólos econômicos da Região Sul”.

Referências

- ACTOS 1934 – 1939 – *Decretos 1940*. Bento Gonçalves, Arquivo Histórico Municipal.
- CAMPOS, Cynthia M. *A política da língua na era Vargas*. CampinasP: Ed. da Unicamp, 2006.
- CAPRARA, Bernardete S.; LUCHESE, Terciane A. *Da Colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930: história*. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2005.
- CARVALHINHO, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de Toponímia e Antroponímia: a questão do nome próprio. *Cadernos do CNLF*, Rio de janeiro, 2007.
- CARVALHO JÚNIOR, Antônio J. Marques de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em outubro de 1923*. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal. 1923. Manuscrito.
- DE BONI, Luis A. *Bento Gonçalves era assim*. Caxias do Sul: EST, 1985.
- DECRETOS 1941 – 1960. Bento Gonçalves, RS: Arquivo Histórico Municipal.
- DECRETOS e *Decretos-Lei 1945/1947 e Leis Municipais 1947/1952*. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal.
- DICK, ... 1996.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: Editora?, 1990.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Atlas Toponímico: um estudo de caso*. Acta Semiótica Et Linguística, São Paulo. n. 6. p. 27-44, 1996.
- DE PARIS, Assunta. *Memórias: Bento Gonçalves*. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal, 2006.
- FROSI, Vitalina Maria; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani; FAGGION, Carmen Maria. *Topônimos na RCI: resgate da identidade cultural*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, 11., e SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, 1., 2006. Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU, 2006.
- FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. *Os nomes da cidade de Caxias do Sul: vias, bairros, praças, monumentos*. Caxias do Sul: UCS, 2007. Projeto de pesquisa.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: EducS, 2004.
- INTENDÊNCIA Municipal – *Actos – Livro n. 5 (1919-1923)*. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal.
- LANÇAMENTO da *Décima Urbana*. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal.
- LEIS 18 a 110 – *Período 25.1.39 a 9.11.45*. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal.

LIVRO n. 3 – *Actos promulgando Leis do Conselho Municipal – 1929 a 1933*. Bento Gonçalves RS: Arquivo Histórico Municipal.

LIVRO n. 4 – *Registro de Leis do Conselho Municipal de Bento Gonçalves (1928 – 1930)*. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal.

LIVRO n. 5 – *Actos promulgando Leis da Câmara Municipal – 1936 a 1937*. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

PESAVENTO, Sandra J. *RS: economia e poder nos anos trinta (1930-37)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

SCHILLING, Voltaire. *Rio Grande do Sul de um século ao outro 1900-2000*. Disponível em: <http://www.zaz.com.br/voltaire/500br/rs.htm>. Acesso em: 8 maio 2008.

SGANZERLA, Cláudia M. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé*. Passo Fundo: UPF, 2001.

SOLEDADE, Alessandro; BRONZATO JÚNIOR, Jorge; SILVA, Maria Regina G. *Toponímia*. Bento Gonçalves: UCS/Carvi, 2007. [Cópia do trabalho, cedida pelos estudantes, acha-se arquivada no acervo do Projeto Toponímia, Departamento de Letras, Universidade de Caxias do Sul.]

Artigo recebido em maio de 2008. Aprovado em julho de 2008.